

Morte de presidente do TJ volta a ser investigada

Viana Santos morreu no dia 26 de janeiro

FLÁVIO FERREIRA
ELIANE TRINDADE
DE SÃO PAULO

O inquérito sobre a morte do presidente do TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo Antonio Carlos Viana Santos foi reaberto e transferido para a divisão de homicídios da Polícia Civil paulista.

A medida foi adotada após pedidos do Ministério Público, que requisitou o aprofundamento sobre o laudo necroscópico relativo à morte.

A perícia indicou um grande teor alcoólico no corpo do desembargador, que sofria de diabetes.

O presidente do TJ morreu aos 68 anos, em 26 de janeiro, e foi encontrado na casa dele pela mulher, a advogada Maria Luíza Viana Santos, 37. "Saiu o laudo. Foi um infarto fulminante. Nada além disso", disse a viúva à Folha.

Ela nega que o desembargador estivesse enfrentando problemas com bebida. "Ele esteve internado um pouco antes. Não estava bem. Chegou a hora dele mesmo."

A Polícia Civil havia dado por encerrada a investigação sobre a morte em 16 de fevereiro, quando entregou um relatório sobre o caso.

O laudo necroscópico da investigação indicou "morte súbita, de origem cardíaca" e apontou que não foram encontradas no corpo evidências de violência ou substâncias que tenham promovido o agravamento do quadro de saúde do magistrado.

O inquérito foi encaminhado à 1ª Vara do Tribunal do Júri da capital e em seguida ao Ministério Público.

No entanto, a Promotoria, que poderia pedir o arquivamento do inquérito, solicitou novas apurações e elaborou uma série de perguntas a serem respondidas pelos peritos autores do laudo.

Em seguida, o caso inicialmente conduzido pelo 78º DP (Jardins) foi transferido para o DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa) da Polícia Civil.

O advogado Eduardo Luiz Sampaio, que representa Maria Luíza, quarta e última mulher de Viana Santos, diz que o cuidado maior da polícia em relação ao caso se deve à posição social da vítima. "É natural, já que se trata da morte do presidente do Tribunal de Justiça."

SEGREDO DE JUSTIÇA

Procuradas pela reportagem, as filhas do primeiro casamento do desembargador alegam que o processo corre em segredo de Justiça. Por intermédio de uma parente, elas declaram que vão aguardar uma investigação mais aprofundada sobre as circunstâncias da morte para se manifestarem.

Atualmente os peritos trabalham na elaboração dos esclarecimentos ao Ministério Público.